

SUMÁRIO

<i>Nota do autor à sétima edição</i>	7
<i>Apresentação da terceira edição</i>	9

TEMÁRIO

TOMO I — TEORIA GERAL DOS RECURSOS

CAPÍTULO I — INTRODUÇÃO AOS RECURSOS	39
1. Origem e acepções do vocábulo <i>recurso</i>	39
2. Recurso: espécie do gênero remédio jurídico	40
3. Razão de ser dos recursos	43
4. Natureza jurídica do recurso	44
CAPÍTULO II — SISTEMAS RECURSAIS	46
1. Sistemas recursais brasileiros	46
2. Sistema recursal cível	47
2.1. Generalidades	47
2.2. Recursos no procedimento sumário	47
3. Sistema recursal do Estatuto da Criança e do Adolescente	48
CAPÍTULO III — ATOS SUJEITOS A RECURSO PROCES- SUAL	50
CAPÍTULO IV — EFEITOS DOS RECURSOS	57
1. Conceito	57
2. Efeito obstativo	57

3. Efeito suspensivo	57
4. Efeito devolutivo	58
5. Efeito regressivo ou de retratação	58
6. Efeito translativo	59
7. Efeito substitutivo e efeito extensivo	59
8. Conclusão.....	60

CAPÍTULO V — PRINCÍPIOS DO SISTEMA RECURSAL

1. Princípio jurídico	61
~ 2. Princípio do duplo grau de jurisdição	61
3. Princípio da colegialidade.....	64
~ 4. Princípio da taxatividade.....	67
~ 5. Princípio da singularidade, da unicidade ou da unirrecorribilidade	68
~ 6. Princípio do esgotamento das vias recursais.....	71
~ 7. Princípio da fungibilidade recursal	74
7.1. Generalidades	74
7.2. Hipóteses de fungibilidade recursal	77
~ 8. Princípio da proibição da <i>reformatio in peius</i>	85
8.1. Generalidades	85
8.2. <i>Reformatio in peius</i> e matéria de apreciação oficial.....	85
8.3. <i>Reformatio in peius</i> e remessa obrigatória	86
8.4. Proibição da <i>reformatio in melius</i>	87
8.5. <i>Reformatio in peius</i> indireta	87
~ 9. Princípio da consumação	88
~ 10. Princípio da dialeticidade.....	90
~ 11. Princípio da voluntariedade	91
12. Princípio da personalidade ou da relatividade	91

CAPÍTULO VI — JUÍZOS DE ADMISSIBILIDADE E DE MÉRITO

1. Generalidades.....	92
2. Objeto do juízo de mérito: <i>errores in procedendo et in iudicando</i> ...	99

- CAPÍTULO VII — REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	104
1. Conceitos e classificações	104
2. Cabimento	105
3. Legitimidade recursal	108
3.1. Generalidades	108
3.2. Legitimidade recursal na qualidade de parte	108
3.3. Legitimidade recursal do Ministério Público	111
3.3.1. Legitimidade recursal do Ministério Público: gen- ralidades	111
3.3.2. Legitimidade recursal do Ministério Público e recurso adesivo	112
3.3.3. Desistência do recurso interposto pelo Ministério Público	113
3.3.4. Prazo recursal do Ministério Público	114
3.4. Legitimidade recursal do terceiro	115
3.4.1. Conceito e exemplos de recurso de terceiro	115
3.4.2. Recurso de terceiro e perito judicial	116
3.4.3. Recurso de terceiro e oponente	117
3.4.4. Recurso de terceiro e embargos de terceiro	117
3.4.5. Recurso de terceiro e <i>amicus curiae</i>	119
3.4.6. Recurso de terceiro e recurso adesivo	119
3.4.7. Prazo do recurso de terceiro e recursos admissíveis	120
3.4.8. Processos e procedimentos que ensejam recurso de terceiro	120
3.5. Legitimidade recursal da autoridade coatora no processo de mandado de segurança	120
4. Interesse recursal	122
4.1. Generalidades	122
4.2. Hipóteses de ausência de interesse recursal	124
5. Inexistência de fatos extintivos e impeditivos	127
5.1. Generalidades	127
5.2. Renúncia ao direito de recorrer	128
5.2.1. Conceito de renúncia	128

5.2.2. Espécies de renúncia	128
5.2.3. Impossibilidade da renúncia ao direito de recorrer antes da prolação da decisão	129
5.2.4. Renúncia, desistência e aceitação: diferenças	129
5.2.5. Validade da renúncia	130
5.2.6. Renúncia expressa e recurso adesivo	130
- 5.3. Aceitação	130
5.4. Desistência do recurso.....	132
5.4.1. Conceito de desistência.....	132
5.4.2. Espécies de desistência	132
5.4.3. Momento da desistência	133
5.4.4. Validade da desistência	133
5.4.5. Desistência e posterior interposição de recurso.....	133
5.4.6. Desistência e recurso especial repetitivo: impossibilidade.....	134
- 5.5. Outros fatos impeditivos	135
~ 5.5.1. Comprovação do depósito da multa processual.....	135
~ 5.5.2. Desistência da ação, reconhecimento do pedido e renúncia ao direito	136
5.5.3. Ratificação de recurso interposto em conjunto ou na pendência de embargos declaratórios	136
=6. Regularidade formal.....	137
6.1. Conceito	137
6.2. Petição recursal: regra	137
6.3. Interposição oral.....	138
6.4. Interposição mediante fac-símile.....	139
6.5. Interposição mediante petição eletrônica: “recurso eletrônico”	140
6.6. Componentes da petição recursal.....	143
6.6.1. Endereçamento ao órgão judiciário competente.....	143
6.6.2. Qualificação do recorrente e do recorrido	143
6.6.3. Exposição do fato e do direito	143
6.6.4. Motivação: razões recursais.....	144
6.6.5. Pedido recursal.....	146

6.6.6. Assinatura e instrumento de mandato do advogado	146
7. Tempestividade	148
7.1. Conceito	148
~ 7.2. Prazos recursais	149
7.2.1. Generalidades.....	149
7.2.2. Prazo recursal do terceiro prejudicado.....	150
7.2.3. Prazo recursal do Ministério Público e da Fazenda Pública	151
7.2.4. Prazo recursal dos litisconsortes com procuradores diferentes.....	152
7.2.5. Prazo recursal da Defensoria Pública.....	152
- 7.3. Contagem do prazo recursal.....	153
7.3.1. Princípio norteador.....	153
7.3.2. Intimação na sexta-feira	154
7.3.3. Intimação na quarta-feira de cinzas	155
7.3.4. Destinatário da intimação.....	156
7.3.5. Intimação e publicação: diferença importante	157
7.3.6. Intimação de decisão publicada em audiência	159
7.3.7. Intimação de decisão publicada em cartório	160
7.3.8. Réu revel	162
7.3.9. Intimação de acórdão	162
7.3.10. Segunda intimação por republicação	163
~ 7.3.11. Aferição da tempestividade	164
~ 7.3.12. Aferição da tempestividade nos feriados.....	167
- 7.4. Suspensão e interrupção do prazo recursal	169
7.4.1. Generalidades	169
7.4.2. Suspensão por superveniência de férias forenses	170
7.4.3. Suspensão entre 20 de dezembro e 6 de janeiro	171
7.4.4. Suspensão por obstáculo ao exercício do direito de recorrer.....	172
7.4.5. Suspensão por perda da capacidade processual.....	173
7.4.6. Suspensão por oferecimento de exceção	174
7.4.7. Interrupção por falecimento da parte ou de seu advogado.....	174

7.4.8. Interrupção por motivo de força maior	175
7.4.9. Embargos de declaração: regra da interrupção e exceção da suspensão.....	176
7.4.10. Inexistência de suspensão e de interrupção.....	177
7.5. Perda de prazo recursal e responsabilidade civil do advogado	178
- 8. Preparo	178
8.1. Conceito	178
8.2. Regra do preparo imediato	178
8.3. Exceções à regra do preparo imediato.....	179
8.4. Exceções à regra do preparo.....	184
8.5. Preparo em recurso da massa falida: subsistência do enunciado n. 86 da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho.....	186
~ CAPÍTULO VIII — RECURSO ADESIVO.....	187
1. Generalidades.....	187
2. Recurso adesivo: requisitos de admissibilidade.....	189
3. Recurso adesivo: juízo de admissibilidade e juízo de mérito	191
4. Recurso adesivo nos juizados especiais	192
CAPÍTULO IX — CLASSIFICAÇÕES DOS RECURSOS	194
CAPÍTULO X — DIREITO INTERTEMPORAL DOS RECURSOS: APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE NA DATA DO PROFERIMENTO DA DECISÃO.....	197
1. Princípio norteador do direito intertemporal processual.....	197
2. Princípio norteador do direito intertemporal dos recursos.....	197
3. Exceções à regra do direito intertemporal dos recursos.....	200
4. Publicação da decisão e intimação da decisão.....	203
TOMO II — APELAÇÃO E RECURSO INOMINADO	
CAPÍTULO XI — APELAÇÃO.....	209
1. Notícia histórica.....	209

2. Conceito de sentença.....	210
3. Regra do cabimento da apelação contra as sentenças em geral	213
4. Cabimento da apelação contra sentença que engloba questão incidental	214
5. Exceções ao binômio sentença-apelação.....	214
6. Recorribilidade da decretação da falência e na liquidação de sentença	216
7. Apelação e “exceção de pré-executividade”	219
8. Apelação e embargos monitórios rejeitados liminarmente e julgados improcedentes	221
9. Apelação e denunciação da lide	222
10. Apelação e reconvenção	222
11. Apelação e ação declaratória incidental	224
12. Apelação e arguição de falsidade de documento	225
13. Apelação e assistência judiciária	225
13.1. Orientação predominante	225
13.2. Crítica à opinião predominante	227
14. Apelação e prestação de contas	228
15. Apelação e justificação judicial	229
16. Inadequação da apelação em processo de competência originária de tribunal	231
17. Tempestividade	232
18. Regularidade formal	233
19. Preparo.....	237
20. Procedimento da apelação no juízo de origem	238
21. Efeito regressivo ou de retratação.....	242
21.1. Apelação contra sentença liminar de manifesta improcedência.....	242
21.2. Apelação contra sentença de indeferimento liminar da petição inicial.....	243
21.3. Apelação contra sentença proferida em Juízo da Infância e da Juventude	245
22. Efeito suspensivo	245
22.1. Efeito suspensivo: generalidades	245

22.2.	Efeito suspensivo e apelação contra sentença condenatória em alimentos.....	247
22.3.	Revogação do inciso III do artigo 520 do Código de Processo Civil.....	247
22.4.	Efeito suspensivo e apelação contra sentença de improcedência, com a revogação da tutela antecipada.....	248
22.5.	Efeito suspensivo e apelação contra sentença proferida em ações cumuladas ou conexas	248
22.6.	Efeito suspensivo e embargos à arrematação	249
22.7.	Efeito suspensivo e embargos de terceiro.....	249
22.8.	Efeito suspensivo e apelação contra sentença em embargos à monitória.....	251
22.9.	Apelação contra sentença de procedência de instituição de arbitragem.....	252
22.10.	Efeito suspensivo e apelação contra sentença de interdição .	253
22.11.	Apelações sem efeito suspensivo na legislação extravagante	253
22.12.	Efeito suspensivo nas apelações nos processos empresariais	254
22.13.	Efeito suspensivo e concessão judicial.....	255
22.14.	Execução e apelação sem efeito suspensivo.....	257
23.	Procedimento da apelação no tribunal <i>ad quem</i>	258
24.	Extensão da apelação	265
24.1.	Generalidades	265
24.2.	Extensão da apelação e sentença <i>citra petita</i>	266
24.3.	Extensão da apelação e sentença terminativa.....	268
24.4.	Sentença <i>citra petita</i> e artigo 515, § 3º, do Código de Processo Civil.....	270
25.	Profundidade da apelação	271
25.1.	Introdução	271
25.2.	Questões de fato e de direito decididas na sentença.....	271
25.3.	Questões de apreciação oficial	271
25.4.	Questões acessórias.....	272
25.5.	Questões incidentais.....	273

25.6. Questões de mérito não decididas na sentença definitiva	274
25.7. Outros fundamentos	275
26. Questões de fato novas e documentos novos	278
27. Conversão em diligência para correção de nulidades sanáveis....	281
28. Efeito substitutivo	284

CAPÍTULO XII — RECURSO INOMINADO 286

1. Cabimento	286
1.1. Recurso inominado contra sentenças proferidas nos juizados especiais	286
1.2. Recurso inominado e recurso adesivo.....	288
1.3. Recurso inominado e apelação.....	290
1.4. Desistência do recurso inominado	291
2. Tempestividade.....	291
3. Regularidade formal	296
4. Preparo	298
5. Procedimento do recurso inominado na origem.....	301
6. Procedimento e julgamento do recurso inominado na turma recursal	303
7. Recorribilidade.....	306
8. Uniformização de jurisprudência e juizados especiais federais.....	308

TOMO III — AGRAVOS

INTRODUÇÃO 317

CAPÍTULO XIII — AGRAVO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 320

1. Modalidades do agravo contra decisão interlocutória: retido e por instrumento.....	320
2. Conceito de decisão interlocutória	321
3. Cabimento do recurso de agravo contra decisões interlocutórias .	322
4. Cabimento do agravo retido como regra e do agravo de instrumento como exceção	327

5. Agravo de instrumento convertido em agravo retido: inteligência do inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil.....	329
6. “Sentenças” agraváveis.....	330
7. Questão incidental decidida em sentença.....	333
8. “Despachos” agraváveis	334
9. Natureza jurídica e recorribilidade do pronunciamento de emenda da petição inicial.....	337
10. Natureza jurídica e recorribilidade do pronunciamento deferitório da citação	340
11. Natureza jurídica e recorribilidade do pronunciamento de remessa dos autos ao contador do juízo	342
12. Dos efeitos dos agravos retido e de instrumento.....	343
12.1. Efeitos devolutivo e de retratação	343
12.2. Efeitos obstativo e suspensivo.....	344
12.3. Efeitos substitutivo e expansivo	346
13. Tempestividade	348
14. Preparo	351
15. Regularidade formal do agravo de instrumento.....	352
16. Regularidade formal, desistência tácita e procedimento do agravo retido	360
17. Procedimento do agravo de instrumento.....	365

CAPÍTULO XIV — AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL 374

1. Natureza jurídica	374
2. <i>Nomen iuris</i>	376
3. Cabimento	379
3.1. Generalidades	379
3.2. Agravo interno e decisão monocrática indeferitória de pedido de suspensão: cancelamento do enunciado n. 506 da Súmula do STF e do enunciado n. 217 da Súmula do STJ.....	381
3.3. Agravo interno e decisão monocrática denegatória ou concessiva de provimento liminar em ação originária de mandado de segurança: insubsistência do enunciado n. 622 da Súmula do STF.....	382

3.4. Agravo interno e as decisões monocráticas dos incisos II e III do artigo 527 do Código de Processo Civil.....	382
4. Tempestividade.....	385
5. Regularidade formal.....	385
6. Preparo.....	386
7. Efeitos.....	388
8. Procedimento.....	390
9. Multa processual e depósito recursal.....	392
10. Recorribilidade.....	394

CAPÍTULO XV — AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL..... 396

1. Cabimento.....	396
2. O agravo de instrumento do artigo 544 e os outros agravos.....	399
3. Tempestividade.....	402
4. Regularidade formal.....	402
5. Preparo: desnecessidade.....	407
6. Do procedimento do agravo de instrumento na origem.....	408
7. Do procedimento do agravo de instrumento no tribunal <i>ad quem</i>	411

TOMO IV — RECURSOS DE EMBARGOS

CAPÍTULO XVI — EMBARGOS DE DECLARAÇÃO..... 417

1. Acepções do vocábulo “embargos”.....	417
2. Notícia histórica e <i>nomen iuris</i>	417
3. Natureza jurídica dos embargos declaratórios.....	418
4. Cabimento.....	419
4.1. Generalidades.....	419
4.2. Embargos de declaração e despacho.....	422
4.3. Hipóteses de cabimento.....	423
4.4. Embargos de declaração e prequestionamento.....	425
4.5. Embargos de declaração em embargos declaratórios.....	427
4.6. Cabimento e juízo de admissibilidade.....	428

5. Exceção ao princípio da singularidade recursal e ratificação do outro recurso específico.....	431
6. Possibilidade da modificação do julgado embargado	433
7. Princípio da complementaridade.....	437
8. Regularidade formal.....	438
9. Tempestividade.....	440
10. Preparo: desnecessidade.....	442
11. Procedimento e julgamento.....	443
12. Regra da interrupção do prazo recursal e exceção da suspensão.	447
13. Multa processual e depósito recursal	455
13.1. Generalidades	455
13.2. Embargante condenado sob o pálio da assistência judiciária	456
13.3. Pessoas jurídicas de direito público interno	457
13.4. Multa, embargos de declaração e prequestionamento	457
CAPÍTULO XVII — EMBARGOS INFRINGENTES DE ALÇADA	458
1. Cabimento	458
2. Regularidade formal.....	465
3. Tempestividade.....	466
4. Preparo	467
5. Efeitos.....	468
6. Procedimento e julgamento.....	470
7. Recorribilidade	471
CAPÍTULO XVIII — EMBARGOS INFRINGENTES	473
1. Notícia histórica.....	473
2. Escopo do recurso	473
3. Cabimento: generalidades	473
3.1. “ <i>Acórdão não unânime</i> ”	474
3.2. “ <i>Em grau de apelação</i> ” ou “ <i>ação rescisória</i> ”	481
3.3. “ <i>Reformado</i> ”	481
3.3.1. Crítica à orientação predominante	482

3.4. “Sentença de mérito”	484
3.5. “Procedente ação rescisória”	487
4. Embargos infringentes contra acórdão tomado por voto médio....	488
5. Embargos infringentes e remessa necessária.....	490
6. Embargos infringentes e embargos de declaração.....	494
7. Embargos infringentes em agravo interno ou regimental.....	496
8. Embargos infringentes e mandado de segurança originário.....	497
9. Embargos infringentes e apelação em mandado de segurança.....	498
10. Embargos infringentes e apelação em processo empresarial	499
11. Embargos infringentes e agravo retido	499
11.1. Orientação jurisprudencial predominante	499
11.2. Crítica à orientação predominante	500
12. Embargos infringentes e agravo de instrumento.....	501
13. Embargos infringentes e recurso ordinário	503
14. Embargos infringentes e incidentes de inconstitucionalidade, de uniformização de jurisprudência e de delegação de competência..	503
15. Embargos infringentes e recurso inominado.....	505
16. Embargos infringentes e ação direta de inconstitucionalidade	506
17. Direito intertemporal.....	509
18. Tempestividade	510
19. Legitimidade recursal.....	510
19.1. Orientação predominante na doutrina e na jurisprudência...	510
19.2. Crítica à orientação predominante	511
20. Embargos infringentes dos sistemas recursais cível e penal: dife- renças acerca do cabimento e da tempestividade.....	512
21. Regularidade formal.....	514
22. Preparo	516
23. Efeitos dos embargos infringentes	519
23.1. Efeito obstativo.....	519
23.2. Efeito devolutivo	520
23.3. Efeito regressivo ou de retratação	520
23.4. Efeito suspensivo.....	522
23.5. Efeito substitutivo.....	522

23.6. Efeito translativo	523
24. Procedimento dos embargos infringentes	524
25. Julgamento dos embargos infringentes	528
26. <i>De lege ferenda</i> : extinção dos embargos infringentes.....	530

CAPÍTULO XIX — EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA 534

1. Notícia histórica e finalidade do recurso	534
2. Embargos de divergência e institutos afins	535
2.1. Embargos de divergência e recurso especial pela alínea “c”..	535
2.2. Embargos de divergência e embargos infringentes	536
2.3. Embargos de divergência e uniformização de jurisprudência	537
3. Do cabimento dos embargos de divergência	538
3.1. Do julgado embargado	539
3.2. Do julgado paradigma	547
4. Tempestividade.....	550
5. Regularidade formal	551
6. Preparo	553
7. Interesse recursal	554
8. Efeitos.....	555
9. Procedimento dos embargos de divergência	558
10. Julgamento dos embargos de divergência.....	561
11. Recorribilidade.....	563
12. <i>De lege ferenda</i> : extinção dos embargos de divergência	565

TOMO V — RECURSOS CONSTITUCIONAIS

CAPÍTULO XX — RECURSO ORDINÁRIO 571

1. Notícia histórica e legislação de regência do recurso ordinário ...	571
2. Conceito e escopo do recurso ordinário	573
3. Recurso ordinário: espécie de recurso constitucional	576
4. Recurso ordinário em causas internacionais	577
5. Recurso ordinário em mandado de segurança.....	581
5.1. Notícia histórica do recurso ordinário em mandado de se- gurança	581

5.2. Mandado de segurança.....	581
5.2.1. Conceito e natureza jurídica.....	581
5.2.1.1. Conceito e natureza jurídica do mandado de segurança.....	581
5.2.2. Adequação.....	582
5.2.3. Ilegalidade ou abuso de poder.....	582
5.2.4. Procedimento especial.....	584
5.2.5. Direito líquido e certo.....	585
5.2.6. Prazo decadencial.....	586
5.2.7. Mandados de segurança repressivo e preventivo.....	586
5.2.8. Legitimidade ativa.....	586
5.2.9. Autoridade coatora.....	587
5.2.10. Legitimidade passiva.....	588
5.2.11. Competência.....	589
5.2.12. Petição inicial.....	591
5.2.13. Ministério Público.....	592
5.2.14. Sentença.....	592
5.2.15. Honorários advocatícios: impossibilidade jurídica....	592
5.2.16. Coisa julgada em processo de mandado de segurança.	593
5.3. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Supe- rior Tribunal de Justiça.....	594
5.4. Recurso ordinário em mandado de segurança para o Su- premo Tribunal Federal.....	600
6. Recurso ordinário em <i>habeas data</i>	600
6.1. <i>Habeas data</i>	600
6.2. Recurso ordinário em <i>habeas data</i>	602
7. Recurso ordinário em mandado de injunção.....	604
7.1. Mandado de injunção.....	604
7.2. Recurso ordinário em mandado de injunção.....	605
8. Considerações finais sobre o recurso ordinário.....	605
CAPÍTULO XXI — RECURSO ESPECIAL.....	618
1. Antecedentes históricos do Superior Tribunal de Justiça e do re- curso especial.....	618

3.12. Possibilidade de sobrestamento dos recursos extraordinários acerca de questão constitucional idêntica.....	706
4. Recurso extraordinário pela alínea “a”	707
5. Recurso extraordinário pela alínea “b”	713
6. Recurso extraordinário pela alínea “c”	714
7. Recurso extraordinário pela alínea “d”	715
8. Recurso extraordinário retido.....	716
9. Tempestividade.....	718
9.1. Generalidades.....	718
9.2. Protocolo integrado	719
9.3. Insubsistência do enunciado n. 355.....	720
9.4. Recurso extraordinário adesivo	722
10. Regularidade formal.....	723
11. Preparo	727
12. Efeitos	728
13. Procedimento e julgamento.....	731

TOMO VI — PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

INTRODUÇÃO	739
-------------------------	-----

CAPÍTULO XXIII — UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	740
---	-----

1. Conceito e natureza jurídica da uniformização de jurisprudência	740
2. Pressupostos da uniformização de jurisprudência.....	742
2.1. “Pronunciamento prévio”	742
2.2. “Turma, câmara, ou grupo de câmaras”	743
2.3. “Do tribunal” e “outra turma, câmara, grupo de câmaras, ou câmaras cíveis reunidas”	745
2.4. “Acerca da interpretação do direito”	746
2.5. “Verificar que, a seu respeito, ocorre divergência”	747
2.6. “No julgamento recorrido a interpretação diversa da que lhe haja dado outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas”	748

3. Legitimidade	749
4. Suscitação da uniformização de jurisprudência.....	750
5. Procedimento e julgamento da uniformização de jurisprudência ..	751
6. Recorribilidade.....	761
7. Uniformização de jurisprudência nos juizados especiais federais .	762
8. Incidente de delegação ou afetação de competência.....	767
9. Enunciados da Súmula do Supremo Tribunal Federal.....	770

CAPÍTULO XXIV — INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE

773

1. Controle jurisdicional de constitucionalidade no direito brasileiro e incidente de inconstitucionalidade	773
2. Natureza jurídica do instituto.....	776
3. Obrigatoriedade da instauração do incidente.....	777
4. Alcance da cláusula “lei ou ato normativo do poder público”	778
5. Legitimidade	782
6. Procedimento	782
7. Efeitos: regra e exceções.....	785
8. Recorribilidade.....	789

CAPÍTULO XXV — HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E CARTA ROGATÓRIA

791

1. Conceito de homologação de sentença estrangeira.....	791
2. Competência para a homologação de sentença estrangeira	791
3. Petição inicial.....	792
4. Conceito de sentença estrangeira e objeto da homologação	793
5. Execução da sentença estrangeira homologada	794
6. Legislação de regência da carta rogatória	795
7. <i>Nomen iuris</i> e tipos de carta rogatória	796
8. Natureza jurídica da carta rogatória.....	797
9. Objeto da carta rogatória.....	798
10. Requisitos para a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória.....	800
11. Procedimento e julgamento da carta rogatória.....	802

12. Recorribilidade.....	802
13. Execução da carta rogatória.....	803
CAPÍTULO XXVI — AÇÃO RESCISÓRIA.....	805
1. Notícia histórica.....	805
2. Natureza jurídica.....	806
3. Alvo da ação rescisória: julgado rescindendo.....	808
4. Hipóteses de rescindibilidade.....	816
4.1. Generalidades.....	816
4.2. Prevaricação, concussão e corrupção.....	818
4.3. Impedimento e incompetência absoluta.....	821
4.4. Dolo rescisório, processo fraudulento e processo simulado ..	822
4.5. Ofensa à coisa julgada.....	825
4.6. Violação de literal disposição de lei.....	827
4.7. Prova falsa.....	832
4.8. Documento novo.....	834
4.9. Confissão, reconhecimento do pedido, renúncia e transação.	835
4.10. Erro de fato.....	838
4.11. Ação rescisória de sentença de partilha judicial.....	841
5. Hipóteses que não ensejam ação rescisória.....	843
5.1. Ação rescisória fundada em correção de injustiça quanto aos fatos, reexame de provas e interpretação de cláusula contratual.....	844
5.2. Ação rescisória e processo cautelar.....	844
5.3. Ação rescisória e decisões proferidas nos Juizados Especiais	844
5.4. Ação rescisória e controle concentrado de constitucionalidade.....	845
5.5. Ação rescisória e ação anulatória.....	845
5.6. Ação rescisória, sentença inexistente, ausência de citação e nulidade da citação.....	847
6. Ação rescisória e direito intertemporal.....	851
7. Prazo da ação rescisória.....	851
7.1. Prazo.....	851
7.2. Prazo decadencial.....	852

7.3. Contagem do prazo e termo inicial	852
7.4. O termo inicial à luz do enunciado n. 401 da Súmula do STJ	854
7.5. Termo final	856
7.6. Momentos da pronúncia da decadência	857
8. Competência.....	858
9. Legitimidade.....	859
10. Ação rescisória e execução do julgado rescindendo.....	861
11. Procedimento da ação rescisória.....	867
12. Julgamento da ação rescisória	876
13. Recorribilidade	881
14. Ação rescisória de julgado proferido em ação rescisória	884

TOMO VII — AÇÕES IMPUGNATIVAS

INTRODUÇÃO	891
-------------------------	-----

CAPÍTULO XXVII — AÇÃO ANULATÓRIA	892
---	-----

1. Conceito	892
2. Prazo.....	892
3. Procedimento e competência.....	893
4. Hipóteses de ação anulatória.....	893
4.1. Ação anulatória do artigo 486 do Código de Processo Civil....	893
4.2. Ação anulatória do artigo 1.029 do Código de Processo Civil e do artigo 2.027 do Código Civil.....	896
4.3. Ação anulatória do artigo 352 do Código de Processo Civil..	898
4.4. Ação anulatória de sentença homologatória de transação: artigo 485, inciso VIII, <i>versus</i> artigo 486, ambos do Código de Processo Civil.....	899

CAPÍTULO XXVIII — MANDADO DE SEGURANÇA DE DECISÃO JUDICIAL	902
---	-----

1. Conceito de mandado de segurança	902
2. Adequação do mandado de segurança.....	902
3. Mandado de segurança contra decisão judicial	903

4. Competência.....	907
5. Coisa julgada em processo de mandado de segurança.....	909
CAPÍTULO XXIX — RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL....	911
1. <i>Nomen iuris</i> e preceitos de regência do instituto.....	911
2. Natureza jurídica e conceito.....	911
3. Ação de competência originária de tribunal.....	912
4. Reclamação constitucional, correção parcial, ação rescisória e mandado de segurança: diferenças.....	913
5. Legitimidade ativa e petição inicial.....	914
6. Distribuição, procedimento e julgamento.....	915
7. Recorribilidade no processo de reclamação.....	916
8. Ação rescisória contra julgamento proferido em reclamação constitucional.....	917
CAPÍTULO XXX — AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO	918
1. Preceitos de regência.....	918
2. <i>Nomen iuris</i> e objeto.....	918
3. Natureza jurídica e conceito.....	918
4. Embargos de terceiro e classificações.....	919
5. Alvo dos embargos de terceiro.....	920
6. Embargos de terceiro e recurso de terceiro.....	920
7. Admissibilidade dos embargos de terceiro.....	922
7.1. Apreensão judicial de bem.....	922
7.2. Legitimidade ativa: condição de possuidor ou de proprietário do bem.....	923
7.3. Condição de terceiro.....	924
7.4. Propositura da ação dentro do prazo legal.....	924
8. Admissibilidade dos embargos de terceiro para a defesa da meação do cônjuge.....	926
9. Embargos de terceiro e defesa de garantia real.....	927
10. Parte equiparada a terceiro.....	927
11. Admissibilidade em processos de recuperação e de falência.....	927
12. Admissibilidade dos embargos de terceiro perante os Juizados Especiais.....	928

13. Petição inicial.....	928
14. Competência, distribuição e autuação.....	929
15. Indeferimento liminar da petição inicial.....	930
16. Petição inicial com defeito sanável.....	931
17. Fungibilidade.....	931
18. Admissão dos embargos e suspensão do processo originário.....	931
19. Decisão interlocutória liminar agravável.....	932
20. Legitimidade passiva.....	932
21. Citação.....	933
22. Citação, decisão interlocutória liminar e feriados.....	933
23. Contestação.....	933
24. Fraude contra credores e contestação aos embargos de terceiro..	934
25. Impugnação ao valor da causa.....	935
26. Reconvenção e ação declaratória incidental.....	935
27. Exceções rituais.....	935
28. Procedimento final.....	936
29. Sentença e ônus da sucumbência.....	936
30. Apelação e efeitos.....	936

TOMO VIII — SUCEDÂNEOS RECURSAIS

INTRODUÇÃO.....	941
------------------------	------------

CAPÍTULO XXXI — CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL.....	942
--	------------

1. <i>Nomen iuris</i> e conceito.....	942
2. Subsistência como sucedâneo recursal.....	942
3. Constitucionalidade das leis estaduais e dos regimentos internos	943
4. Natureza jurídica da correção parcial ou reclamação correicional.	944
5. Hipóteses de admissibilidade da correção ou reclamação como sucedâneo recursal.....	945
6. Prazo.....	948
7. Legitimidade.....	948
8. Procedimento e julgamento.....	949

CAPÍTULO XXXII — PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	951
CAPÍTULO XXXIII — PEDIDO DE SUSPENSÃO	955
1. Preceitos de regência do pedido de suspensão	955
2. Conceito e natureza jurídica do pedido de suspensão	955
3. Recorribilidade da decisão monocrática presidencial proferida no incidente de suspensão	957
4. Recursos extraordinário e especial em incidente de suspensão	958
CAPÍTULO XXXIV — AÇÃO CAUTELAR ORIGINÁRIA.....	960
1. Introdução.....	960
2. Ação cautelar, processo cautelar e medida cautelar	961
3. Petição inicial	963
4. Competência.....	965
5. Procedimento.....	966
6. Julgamento	968
CAPÍTULO XXXV — REEXAME NECESSÁRIO OU REMESSA OFICIAL	970
1. <i>Nomen iuris</i> e natureza jurídica.....	970
2. Hipóteses de remessa obrigatória.....	972
2.1. Generalidades	972
2.2. Sentenças contrárias aos entes públicos	972
2.3. Sentença de improcedência em embargos à execução fiscal..	973
2.4. Outras hipóteses legais de reexame necessário	974
2.5. Exceções ao reexame necessário.....	975
3. Procedimento e julgamento	976
4. Recursos extraordinário e especial em reexame necessário.....	977
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	979